



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial
Gerência de Mecanização e Modernização Territorial

NOTA TÉCNICA 49/2024

REFERENCIA: 59500.003984/2024-78-e

1. OBJETIVO

Subsidiar avaliação técnica no que diz respeito à solicitação de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 90063/2024, impetrada pela SOLINO CONSULTORIA EM VENDAS GOVERNAMENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ n 36.449.390 / 0001 - 29, com sede em Brasília - DF.

2. HISTÓRICO

Em 28/08/2024, foi aberto o processo administrativo 59500.003159/2024-73, para conduzir o processo licitatório visando ao fornecimento, transporte, carga e descarga de caminhonetes pick-up's 4x4 para apoio às diversas atividades produtivas na área de atuação da CODEVASF nos estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande Do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) E Distrito Federal na área de atuação da CODEVASF no valor máximo estimado de R\$ 52.951.835,28 (Cinquenta e Dois Milhões e Novecentos e Cinquenta e Um Mil e Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos);

Em 29/08/2024, a AR/GMT/UME juntou ao processo TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 90/2024 e seus anexos - AR/GMT/UME (peças 24, 25, 26, 27 e 28);

Em 13/09/2024, a PR/SLC juntou ao processo a PR/SLC juntou as Minutas de Edital, de Ata de Registro de Preços e de Contrato (peça 35, 36 e 37);

Em 09/10/2024, a PR/SC juntou ao processo a Resolução nº 962/2024 (peça 62), autorizando a realização do procedimento licitatório;

Em 25/10/2024, foi publicado o SRP 90063/2024 com data de abertura das propostas programada para 08/10/2024 (peça 69);

Em 31/10/2024, foi impetrada solicitação de impugnação do SRP 90063/2024 pela SOLINO CONSULTORIA EM VENDAS GOVERNAMENTAIS LTDA (peça 01) do processo administrativo 59500.003984/2024-78-e.

3. ANÁLISE TÉCNICA

Foi solicitado pela SOLINO CONSULTORIA EM VENDAS GOVERNAMENTAIS LTDA por meio do pedido de IMPUGNAÇÃO, alterar o prazo de entrega dos veículos, pois segundo a empresa seria completamente inviável.

O presente Edital traz a seguinte exigência:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial
Gerência de Mecanização e Modernização Territorial

“11.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, da seguinte forma:

- a. Primeira Parcela: 20% da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverá ser entregue no prazo de até 90 dias;
- b. Segunda Parcela: MAIS 30% da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverá ser entregue no prazo de até 150 dias;
- c. Terceira Parcela: Os 50% restantes da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues no prazo de até 180 dias, totalizando, ao final desse período, 100% da quantidade total da Ordem de Fornecimento. (griffo) ”.

Os principais argumentos para a impugnação são:

- a) **Necessidade de Adaptações Específicas:** A empresa argumenta que os veículos precisam de adaptações especiais exigidas pelo Anexo do Termo de Referência (TR), que devem ser realizadas por empresas homologadas pelas montadoras nacionais. Esse processo exige um tempo extra, somado ao tempo de produção dos veículos, o que torna os prazos atuais inviáveis.
- b) **Férias Coletivas das Montadoras e Empresas Beneficiadoras:** A proximidade com o final do ano trará férias coletivas entre 15 de dezembro de 2024 e 20 de janeiro de 2025, em cumprimento a acordos coletivos das montadoras e das empresas beneficiadoras. Essa pausa temporária, de acordo com a empresa, impacta diretamente a capacidade de atender aos prazos estipulados no edital.
- c) **Inviabilidade do Prazo Atual (20% em 90 dias):** A empresa considera que a exigência de entregar 20% dos veículos em 90 dias, como descrito no item 20.1.1, letra "a" do edital, é impraticável devido às condições mencionadas.
- d) **Impacto na Competitividade do Processo:** A empresa alega que o prazo atual pode reduzir a competitividade, pois cria barreiras para que mais fornecedores possam participar. Ao flexibilizar o prazo para um período razoável e único de 150 dias, a competição se ampliaria, permitindo uma participação maior de montadoras e outras empresas do setor.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial
Gerência de Mecanização e Modernização Territorial

3.1 Diante disso, a Codevasf adota a seguinte justificativa referente à elaboração dos prazos do referido edital

Primeiramente, é importante esclarecer que a Administração Pública não é obrigada a realizar aquisições de produtos registrados no Sistema de Registro de Preços (SRP). O SRP consiste em um contrato normativo que estabelece regras para contratações futuras, mas não impõe qualquer obrigação de compra por parte da Administração. Portanto, as condições estipuladas no edital, incluindo prazos de entrega, visam organizar uma eventual aquisição, sem que haja uma garantia de que ela ocorrerá. Deste modo, o argumento da empresa acerca dos prazos de entrega, baseando-se em uma necessidade obrigatória de adaptação da linha de produção, carece de fundamento, visto que o SRP é apenas uma possibilidade e não uma exigência imediata de fornecimento.

I. Impacto do Método de Fracionamento na Competitividade

Cabe destacar que o método de fracionamento não afeta negativamente a competitividade do processo licitatório; ao contrário, ele contribui para um ambiente mais competitivo. Ao permitir entregas em parcelas, o edital abre oportunidades para que empresas de diferentes tamanhos possam participar, uma vez que o fornecimento pode ser escalonado, tornando-se mais acessível a fornecedores que não possuem capacidade imediata de entrega de 100% dos itens em um único prazo.

II. Férias Coletivas: Responsabilidade do Planejamento da Contratada

É importante enfatizar que a Administração Pública não possui qualquer responsabilidade sobre as férias coletivas das montadoras e empresas beneficiadoras. Trata-se de uma prática de organização interna das empresas, sobre a qual a Administração não tem controle nem ingerência. Cabe exclusivamente às empresas planejar suas atividades, incluindo o cumprimento de contratos e licitações, de forma a garantir que suas obrigações sejam atendidas, independentemente de períodos de interrupção.

III. Sobre a Flexibilidade da Entrega Fracionada

Além disso, a exigência de entrega fracionada, prevista nos itens 20 até 20.1.1 do edital, facilita e flexibiliza a logística da contratada. Essa modalidade permite à empresa adequar seus processos em um cronograma mais maleável, em vez de realizar uma entrega total de uma só vez. Vale ressaltar que o prazo inicial pode, ainda, ser prorrogado, desde que justificado e mediante manifestação expressa das partes envolvidas, como previsto na legislação. Isso contraria o argumento de inviabilidade da entrega em lotes, pois o fracionamento possibilita um gerenciamento mais dinâmico e adaptável ao planejamento da contratada.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial
Gerência de Mecanização e Modernização Territorial

IV. Inviabilidade de Entrega Alegada pela Impugnante

Quanto à alegação da empresa de que os prazos são inviáveis devido às adaptações exigidas pelo Termo de Referência (TR), tal argumento não procede, pois, os veículos mencionados no edital **não exigem adaptações complexas** em empresas especializadas ou beneficiadoras de veículos especiais. Pelo contrário, trata-se de acessórios comuns e de fácil instalação, como protetores de caçamba, película, engate, estribo lateral, capota marítima e sensor de estacionamento. Esses itens não demandam procedimentos especiais ou instalações em beneficiadoras homologadas pelas montadoras, pois são de fácil aquisição e instalação em qualquer concessionária. A argumentação de que esses acessórios implicariam em longos prazos e adequações adicionais carece, portanto, de fundamentação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos expostos, a impugnação ao prazo estabelecido no edital é improcedente. A Administração Pública tem liberdade de contratação dentro do SRP e oferece flexibilidade no modo de entrega fracionada, que pode ser ajustada por meio de prorrogações justificadas. Além disso, os itens de instalação não demandam adaptações complexas, não havendo fundamentação para o pedido de prorrogação do prazo. Por esses motivos, esta área técnica recomenda o indeferimento do pedido de impugnação, com a manutenção dos prazos e condições inicialmente estabelecidos.

Gabriel Vinicius Dall Asta Rizzotto
Analista em Desenvolvimento Regional
AR/GMT/UME